

As relações laborais no País tem vindo a agravar-se ano após ano. As "receitas" do patronato e dos governos em relação aos trabalhadores são: **mais injustiças, mais desigualdades, mais precariedade, menos rendimento para fazer face ao aumento do custo de vida. Sempre a mesma vida dura. Sempre para os mesmos sacrificados os trabalhadores.** Tal como antes, os trabalhadores são as vítimas a quem se exige o pagamento da "factura". Sacrificados de ontem, sacrificados de hoje e o Governo e Patrões ainda têm a lata de os apelar de privilegiados.

O capitalismo neoliberal, implacavelmente, aprofunda e aplica novos e globais processos de exploração. Os trabalhadores e suas estruturas representativas organizam-se em defesa dos seus direitos e lutam pela recusa dessas novas e requintadas formas de retrocesso social. Ricos cada vez mais ricos, pobres cada vez mais pobres. Acentuam-se as desigualdades e as injustiças. Portugal é o país com maior desigualdade da Europa. **É este o resultado das políticas de direita (seja dos governos PSD, CDS-PP ou do PS) nas últimas décadas.**

8 JUNHO 2006

CGTP
Intersindical Nacional

LUTEMOS



Aos trabalhadores têm sido exigidos sacrifícios. E com eles:

- **Agrava-se o desemprego;**
- **Reduz-se os salários dos trabalhadores dos sectores público e privado;**
- **Reduz-se o valor de grande parte das pensões de reforma;**
- **Agrava-se brutalmente o custo de vida;**
- **Boicota-se a contratação colectiva**
- **Cada vez há mais pobreza e mais exclusão social;**
- **Aumenta a injustiça na distribuição da riqueza;**
- **Aumentam escandalosamente os lucros de alguns (sector financeiro e grandes grupos económicos).**

Estas políticas não são solução no presente, como não o foram no passado e muito menos o serão no futuro. As políticas aplicadas só agravam as injustiças e a falta de coesão na sociedade portuguesa, comprometendo os objectivos de um verdadeiro desenvolvimento do país.

Os trabalhadores não estão disponíveis para apertar mais o cinto, para serem sujeitos a mais sacrifícios. Mas estão disponíveis para novas políticas, de maior justiça social, de mais justa distribuição da riqueza. Os trabalhadores pugnam por uma maior produtividade e uma melhor competitividade. Assim se qualifique a sua formação; assim se valorize os seus salários; assim se defenda o emprego; assim se combata a precariedade; assim se combata o custo de vida; assim se dignifique o seu trabalho.

Os trabalhadores pugnam por uma política de transparência,

pelo cumprimento das promessas eleitorais e a satisfação das expectativas criadas para ganhar eleições.

Introduzir mudanças estruturais determina o envolvimento dos trabalhadores e o respeito pelos seus direitos. Não se pode mudar o rumo do país por decreto para favorecer os lobbies económicos e financeiros contra os interesses da generalidade do povo português.

As propostas do Governo sobre a Administração Pública são disso exemplo e são um desastre.

São necessárias, como os sindicatos há muito reclamam, reformas sérias e justas na Administração Pública, visando servir melhor as pessoas, as empresas e organizações em geral e, acima de tudo, garantindo a melhoria da prestação dos direitos sociais, a valorização dos trabalhadores e a responsabilização dos decisores.



Veja-se o que o Governo está a fazer em concreto?

Na **área da saúde:** promove o encerramento de maternidades, de hospitais, de urgências, de serviços de atendimento permanente e outros, sem alternativas para as pessoas em novos serviços públicos. O resultado, por mais que o Ministro o negue, será a **diminuição de cuidados de saúde às pessoas e o surgimento em força de unidades privadas** que, aliás, já andam a ser discutidas por capitalistas portugueses e espanhóis e o aumento dos encargos das famílias com os cuidados de saúde.

Na **segurança social** são graves as propostas. Para as futuras pensões pretende o governo que os trabalhadores optem: ou reduzem a pensão; ou aumentam a idade da reforma; ou aumentam as suas contribuições (hoje: 11%). Tudo em nome do aumento da esperança de vida. Mas, ao mesmo tempo, o Governo não actua e é complacente com o Patronato que expulsa precocemente do trabalho activo milhares e milhares de trabalhadores com mais de 50 anos, antecipadamente reformados. Na baixa da natalidade, o Governo justifica o injustificável: pretende aumentar as contribuições dos casais com menos de 2 filhos, que são a maioria e que já se vêem confrontados com baixos salários, desemprego e precariedade, endividamento com a habitação e falta de equipamentos sociais públicos com preços compatíveis com os seus rendimentos, bem como com a falta de conciliação entre a vida profissional e familiar. A sustentabilidade financeira da Segurança Social não pode ser feita à custa da diminuição dos direitos sociais. Como a CGTP-IN tem afirmado, passa pelo crescimento económico, por mais emprego com direitos, por melhores salários, pela diversificação das fontes de financiamento, pelo combate à fraude e à evasão e dívidas contributivas.

Na **contratação colectiva** é sistemático e persistente a ataque. Os trabalhadores têm de defender a Contratação Colectiva como meio fundamental de assegurar um modelo de desenvolvimento para o País, baseado no progresso e na justiça social, contrariando a atitude retrógrada do patronato. Os trabalhadores, nomeadamente os jovens, são, hoje, confrontados com elevados níveis de desemprego e dificuldades na estabilidade profissional, com precariedade e salários baixos, com enormes dificuldades na obtenção de créditos à habitação, com o acelerado aumento do custo de vida, É da mais elementar justiça a luta dos jovens por um futuro melhor, na garantia de mais e melhor emprego, na defesa da estabilidade e contra a precariedade e por mais e melhor formação profissional.

É TEMPO DE COMBATE
SÃO OS HOMENS E MULHERES DESTE PAÍS
QUE, EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, DETERMINAM
O RUMO DA SOCIEDADE.

8 JUNHO 2006
DIA NACIONAL DE LUTA



EM DEFESA DA SEGURANÇA SOCIAL, CONTRA A DIMINUIÇÃO DAS PENSÕES E A TENTATIVA DO AUMENTO DIRECTO OU INDIRECTO DA IDADE DA REFORMA

CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA E PELA MELHORIA DOS SALÁRIOS

EM DEFESA DO EMPREGO, CONTRA A PRECARIIDADE

PELA CONTRATAÇÃO COLECTIVA E PELA REVOGAÇÃO DAS NORMAS GRAVOSAS DO CÓDIGO DO TRABALHO

EM DEFESA DE UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO SERVIÇO DOS CIDADÃOS E PELOS DIREITOS SOCIAIS

PELA PROMOÇÃO E DEFESA DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Quem transforma e constrói um país melhor, não são as declarações de intenções ou medidas propagandistas, mas sim a acção dos trabalhadores e das trabalhadoras, dos jovens e dos reformados, que têm de assumir a concretização deste objectivo.

Dia 8 JUNHO, vamos à luta!
Lutamos por aquilo que conquistámos e a que temos direito!

CGTP
Intersindical Nacional